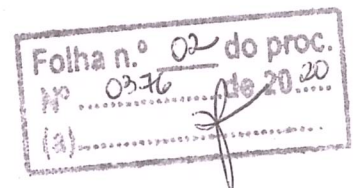




0376



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

Senhor Presidente

A(S) COMISSÃO(ÕES) DE:
 Justiça e Redação
 11 102/2020
 10
 ECLERSON PIO MIELO
 Presidente

A declaração dos ministros gerou preocupação geral entre os professores e demais funcionários da Educação Municipal. Todos os funcionários municipais atuantes na Educação são cientes que as verbas da União são importantes para a complementação.

O FUNDEB é atualmente a principal forma de financiamento da educação básica, que vai da creche ao ensino médio. Segundo o próprio Ministério da Educação (MEC), o fundo equivale a 63% de tudo o que é investido nas escolas públicas do Brasil. Portanto, é primordial que ele seja mantido e ampliado.

As PECs são assim, propostas de nossos legisladores que estão procurando soluções viáveis para se manter o repasse dos valores recolhidos pela União para os municípios.

REQUEREMOS À MESA DIRETORA, nos termos

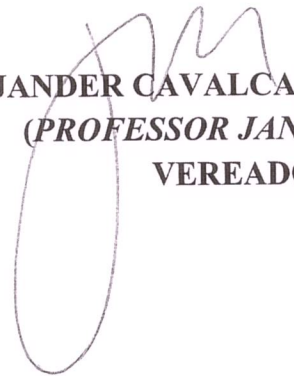


03

Câmara Municipal de São Caetano do Sul

regimentais, que se digne fazer constar em Ata e nos Anais de nossos trabalhos legislativos, **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao posicionamento do Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro da Economia, e do Ministro da Educação, Sr. Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, que declararam ser contra as propostas do Congresso de tornar permanente o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, através das PEC 015/2015, PEC 033/2019 e PEC 065/2019. Dê-se ciência do inteiro teor desse ato, nos endereços: Esplanada dos Ministérios - Ministério da Economia - Bloco "P" - 5º andar - Brasília, DF, 70048-900; e Esplanada dos Ministérios - Ministério da Educação - Bloco "L" - 8º Andar - Brasília, DF, 70297-400.

Plenário dos Autonomistas, 11 de fevereiro de 2020.


JANDER CAVALCANTI DE LIRA
(PROFESSOR JANDER LIRA)
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO CAETANO DO SUL

ASSESSORIA
TÉCNICO-LEGISLATIVA

05

PROC. Nº 0376/2020

AUTOR JANDER CAVALCANTI DE LIRA

ASS.: MOÇÃO DE REPÚDIO AO POSICIONAMENTO DO SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES, MINISTRO DA ECONOMIA, E DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, SR. ABRAHAM BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB, QUE DECLARARAM SER CONTRA AS PROPOSTAS DO CONGRESSO DE TORNAR PERMANENTE O FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ATRAVÉS DAS PEC 015/2015, PEC 033/2019 E PEC 065/2019.

PARECER Nº 401, DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2019-2020, DA DÉCIMA-SÉTIMA LEGISLATURA, DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

De autoria do Vereador Jander Cavalcanti de Lira, a Moção de Repúdio em epígrafe é direcionada ao posicionamento do Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, ministro da economia, e do ministro da educação, Sr. Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, que declararam ser contra as propostas do congresso de tornar permanente o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, através das PEC 015/2015, PEC 033/2019 e PEC 065/2019.

Em seguida, a propositura foi encaminhada a esta Comissão de Justiça e Redação, para ser examinada nos aspectos legais, constitucionais e jurídicos, conforme dispõe o artigo 38 e parágrafos do Regimento Interno desta Casa.

“A declaração dos ministros gerou preocupação geral entre os professores e demais funcionários da Educação Municipal. Todos os funcionários municipais atuantes na Educação são cientes que as verbas da União são importantes para a complementação.”



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO CAETANO DO SUL

ASSESSORIA
TÉCNICO-LEGISLATIVA



PROC. Nº 0376/2020

REQUEREMOS À MESA DIRETORA, nos termos regimentais, que se digne a fazer constar em Ata e nos Anais de nossos trabalhos legislativos **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao ataque de vândalos à igreja Sara Nossa Terra de Santa Maria Sul, Distrito Federal, ocorrido no dia 24 de novembro deste ano”.

Diante do exposto, é, portanto, **FAVORÁVEL**, esta manifestação pela aprovação da Moção de Repúdio ora em exame.

É o parecer.

RELATOR:

Sala de Reuniões, 10 de março de 2020.

PRESIDENTE:

Aprovado na reunião de 10.03.20